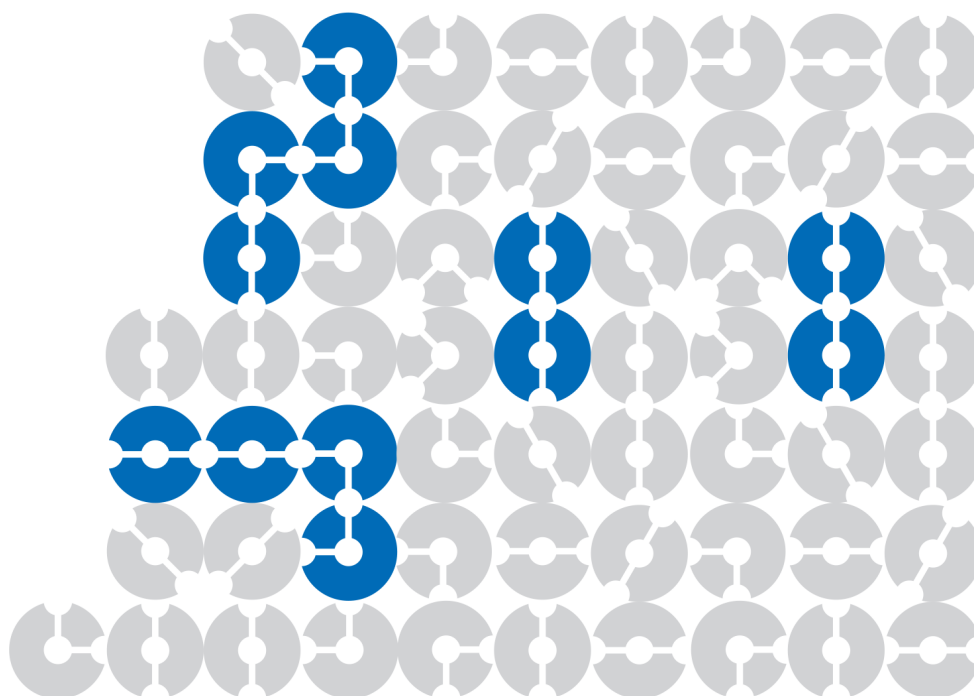


DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º TRIMESTRE DE 2017

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO 2º TRIMESTRE DE 2017



Sumário

Balanco Patrimonial.....	5
Demonstração do Resultado.....	6
Demonstração do Resultado Abrangente.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.....	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	8
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
2.1 – Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade.....	9
2.2 – Moeda Funcional e de Apresentação.....	9
2.3 – Uso de Estimativas e Julgamentos.....	9
NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	9
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	10
4.1 – Bancos Conta Movimento.....	10
4.2 – Fundo de Aplicação Financeira.....	10
NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA.....	10
NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES	10
6.1 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).....	11
NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	11
7.1 – IRPJ e CSLL a compensar.....	11
NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL	11
NOTA 9 – DESPESAS ANTECIPADAS.....	11
NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS.....	12
NOTA 11 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL.....	12
NOTA 12 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	13
12.1 – Ativo Fiscal Diferido (AFD).....	13
12.2 – Passivo Fiscal Diferido (PFD)	13
NOTA 13 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO.....	13
NOTA 14 – IMOBILIZADO.....	14
14.1 – Movimentação do Imobilizado.....	14
14.2 – Movimentação da Depreciação.....	14
NOTA 15 – INTANGÍVEL.....	15
15.1 – Movimentação do Intangível.....	15
15.2 – Movimentação da Amortização.....	15
NOTA 16 – CONSIGNAÇÕES.....	16
NOTA 17 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	16
NOTA 18 – FORNECEDORES.....	16
NOTA 19 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS	17
19.1 – Obrigações com Pessoal	17
NOTA 20 – PROCESSOS TRABALHISTAS A PAGAR.....	17
NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	18
NOTA 22 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	18
NOTA 23 – RECEITA DIFERIDA.....	18
NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	19
24.1 – Capital Social.....	19
24.2 – Prejuízos Acumulados.....	19

NOTA 25 – RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	19
25.1 – Receita bruta e Líquida.....	19
25.2 – Composição dos gastos na DRE.....	20
25.3 – IRPJ e CSLL.....	20
NOTA 26 – DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS.....	21
26.1 – Plano de Previdência Complementar.....	21
26.2 – Auxílio-alimentação.....	21
26.3 – PAS/SERPRO e PAS-ODONTO/SERPRO.....	21
NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS.....	21
27.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes.....	21
NOTA 28 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC.....	21
Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis.....	23
Anexo II – Legislação aplicável.....	24
Sumário de Siglas e Abreviaturas.....	25

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais

ATIVO	NE	JUNHO 2017	DEZEMBRO 2016	PASSIVO	NE	JUNHO 2017	DEZEMBRO 2016
CIRCULANTE		656.362,6	621.382,6	CIRCULANTE		783.952,9	805.023,6
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	63.128,0	252.297,8	Consignações	16	64.827,4	76.626,7
Ativos Financeiros	5	247,3	262,3	Tributos e Encargos Sociais	17	114.296,8	94.545,5
Créditos a Receber	6	590.258,4	364.439,2	Depósitos Diversas Origens		610,6	977,5
Créditos a Receber de Clientes		456.861,0	134.725,3				
Créditos Tributários	7	88.720,6	164.015,5	Obrigações a Pagar		604.218,0	632.873,8
Ressarcimento de Pessoal	8	43.273,9	64.406,8	Fornecedores	18	256.837,0	307.999,9
Créditos Diversos a Receber		1.402,8	1.291,5	Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	19	302.954,5	280.238,6
				Processos Trabalhistas a Pagar	20	8.700,0	
				Plano de Previdência Complementar		35.690,0	44.627,5
Bens e Valores em Circulação		497,8	667,4	Outras Obrigações		36,6	7,8
Despesas Antecipadas	9	2.231,1	3.715,8				
NÃO CIRCULANTE		3.015.534,2	3.024.657,5	NÃO CIRCULANTE		2.439.066,6	2.430.541,7
Realizável a Longo Prazo		2.444.383,3	2.416.622,8	Fornecedores		610,9	1.455,0
Depósitos Judiciais e Recursais	10	273.290,3	262.342,0	Obrigações Tributárias	21	79.382,9	91.232,7
Ressarcimento de Pessoal	11	1.642.000,9	1.636.108,0	Provisões Trabalhistas e Cíveis	22	1.733.956,9	1.754.564,2
Créditos Tributários	12	468.620,8	457.701,5	Plano de Previdência Complementar		622.315,4	579.397,3
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	13	60.366,2	60.366,2	Receita Diferida	23	2.304,4	3.396,3
Outros Ativos		105,01	105,1	Outras Obrigações		496,1	496,1
Investimento		246,0	246,0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	448.877,4	410.474,8
				Capital		1.061.004,8	1.061.004,8
Imobilizado	14	487.921,5	492.621,8	Reservas de Reavaliação		138.214,2	138.214,2
				Outros Resultados Abrangentes		(479.148,2)	(479.133,2)
Intangível	15	82.983,5	115.166,9	Prejuízos Acumulados	24.2	(271.193,5)	(309.611,0)
TOTAL DO ATIVO		3.671.896,8	3.646.040,1	TOTAL DO PASSIVO		3.671.896,8	3.646.040,1

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	NE	JUNHO 2017	JUNHO 2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25.1	1.089.850,5	1.024.049,3
Custo dos Serviços Prestados		(542.096,1)	(535.911,8)
LUCRO BRUTO		547.754,4	488.137,5
DESPESAS OPERACIONAIS (exceto resultado financeiro)	25.2	(480.673,8)	(509.735,7)
Despesas com Pessoal e Benefícios		(382.781,0)	(413.413,6)
Depreciação e Amortização		(24.645,2)	(20.919,3)
Locação		(15.828,0)	(20.227,2)
Manutenção		(21.916,2)	(16.270,6)
Serviços de Comunicação		(384,4)	(3.797,6)
Serviços Profissionais e Contratados		(20.724,8)	(21.268,1)
Serviços Públicos		(8.154,1)	(7.816,7)
Resultado com Créditos a Receber		(1.644,8)	(4.897,7)
Despesas Tributárias Diversas		(1.671,8)	(2.118,1)
Materiais		(1.831,0)	(1.673,6)
Outras Despesas/Receitas		1.368,0	7.348,0
Resultado com Ações Judiciais		(2.460,5)	(4.681,1)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		72.001,5	(21.598,1)
RESULTADO FINANCEIRO		6.459,4	(11.075,7)
Despesas Financeiras		(9.052,2)	(21.326,9)
Receitas Financeiras		15.511,6	10.251,2
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS DIFERIDOS		78.460,9	(32.673,9)
TRIBUTOS DIFERIDOS	25.3	(3.708,5)	1.426,8
RESULTADO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS ANTES DO IRPJ E CSLL		74.752,4	(31.247,1)
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL		(7.939,7)	0,0
RESULTADO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS		66.812,7	(31.247,1)
RESULTADO ATUARIAL DO EXERCÍCIO – BENEFÍCIO PÓS EMPREGO		(28.395,1)	0,0
Receita/Despesa Atuarial – Benefício pós-emprego		(43.022,9)	0,0
Tributos Diferidos sobre resultado atuarial		14.627,8	0,0
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		38.417,5	(31.247,1)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

HISTÓRICO	JUNHO 2017	JUNHO 2016
Resultado líquido do Período	66.812,7	(31.247,1)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(28.410,1)	(29,5)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(15,0)	(29,5)
Despesa de Benefício pós-emprego	(43.022,9)	
IR Diferido sobre benefício pós-emprego	10.755,7	
CSLL Diferido sobre Resultado Atuarial	3.872,1	
Resultado Abrangente no Período	38.402,5	(31.276,6)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	JUNHO 2017	JUNHO 2016
Atividades Operacionais	(147.018,6)	25.895,4
Recebimentos de clientes	904.664,7	907.344,0
Recebimentos de clientes de exercícios anteriores	96.328,5	288.043,3
Ressarcimento de pessoal requisitado	154.531,8	133.216,0
Outros recebimentos	25.463,5	10.560,9
Receita de compensação tributária	128.666,5	117.663,1
Rendimentos de aplicações	2,4	3,1
Tributos e encargos, inclusive compensação tributária	(283.404,4)	(272.022,3)
Pessoal e encargos, inclusive compensação tributária	(944.783,9)	(947.017,7)
Sentenças judiciais	(18.322,6)	(17.645,0)
Pagamentos a fornecedores	(210.165,1)	(194.249,9)
Atividades de Investimento	(42.151,3)	(46.623,0)
Imobilizado/ Intangível	(42.151,3)	(46.623,0)
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(189.169,9)	(20.727,5)
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	252.297,8	55.537,9
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	63.128,0	34.810,3

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido

Em milhares de reais

	Capital	Reserva de Reavalia�o	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrim�nio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.061.004,8	138.214,2	(245.138,6)	(149.896,7)	804.183,8
Lucros/Prejuízos Líquido			(31.247,1)		(31.247,1)
Resultado das Atividades Empresariais			(31.247,1)		(31.247,1)
Ajustes Instrumentos Financeiros				(29,5)	(29,5)
Resultado Abrangente Total			(31.247,1)	(29,5)	(31.276,6)
Saldo em 30 de junho de 2016	1.061.004,8	138.214,2	(276.385,7)	(149.926,2)	772.907,2

	Capital	Reserva de Reavalia�o	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrim�nio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.061.004,8	138.214,2	(309.611,0)	(479.133,2)	410.474,8
Lucros/Prejuízos Líquido			38.417,5		38.417,5
Resultado das Atividades Empresariais			66.812,7		66.812,7
Despesa de Benefício pós-emprego			(43.022,9)		(43.022,9)
Tributos sobre benefícios pós-emprego			14.627,8		14.627,8
Ajustes Instrumentos Financeiros				(15,0)	(15,0)
Resultado Abrangente Total			38.417,5	(15,0)	38.402,5
Saldo em 30 de junho de 2017	1.061.004,8	138.214,2	(271.193,5)	(479.148,2)	448.877,4

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda – MF, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 13.303 de 30 de junho de 2016, e Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de março de 2017, e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis. A sede da empresa localiza-se em Brasília-DF.

A empresa desenvolve soluções tecnológicas que viabilizam as ações estratégicas do Estado brasileiro e é líder no mercado de TI para o setor público. A empresa possui presença nacional, robusta infraestrutura tecnológica e ampla experiência com os grandes sistemas da Administração Pública Federal. Além disso, oferece serviços especializados para os setores privado e público, baseados em informações de governo com oferta de produtos diversificados.

Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, Sistemas Tributários, Passaporte Brasileiro, Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE, Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, Sistema de Notificação Eletrônica (DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito) e Gestão de Margem Consignável.

Desde 2016 o portfólio de soluções da empresa está estruturado em três linhas de negócio, compostas por produtos e serviços de interesse do mercado público e privado, e que agregam benefícios para a sociedade e inovação no uso dos dados de governo:

- **Serviços sob Medida:** caracteriza-se por fornecer atendimento personalizado e abriga grande parte dos serviços já prestados para os clientes tradicionais. São soluções tecnológicas desenvolvidas para atender necessidades específicas de cada cliente;
- **Serviços de Informação:** voltada para o mercado público e privado, essa linha oferece serviços de tratamento e disponibilização de informações a partir do cruzamento de dados. Além disso, oferece serviços de governança da informação: aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações;
- **Serviços em Nuvem:** direcionada para o mercado público e privado, essa linha de negócio tem como característica produtos padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão, que são características dos serviços em nuvem.

A partir do novo modelo empresarial, a visão do SERPRO é “ser líder em soluções digitais para governo e sociedade”, tendo como missão “conectar governo e sociedade com soluções digitais”.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 – Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

2.2 – Moeda Funcional e de Apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa.

2.3 – Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

A exemplo das estimativas e julgamentos contábeis, as políticas contábeis são as mesmas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do exercício 2016.

As demonstrações intermediárias evidenciam as informações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis do último exercício social.

ATIVO**ATIVO CIRCULANTE****NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão assim discriminados:

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
Bancos c/ Movimento	61.916,5	251.138,6
Fundo de Aplicação Financeira *	1.211,5	1.159,3
TOTAL	63.128,0	252.297,8

* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias

4.1 – Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros disponíveis, depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

4.2 – Fundo de Aplicação Financeira:

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação, aplicadas no Banco do Brasil (FAE – Fundo de aplicação extramercado comum), que são lastreadas em títulos públicos (Resolução CMN – Conselho Monetário Nacional nº 3.284/2005 alterada pela Resolução nº 4.034/2011 e legislação subsequente).

NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
Incentivos Fiscais FINAM/FINOR	9.864,9	9.864,9
Correção Monetária Lei 8.200/91	28,9	28,9
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.646,5)	(9.631,5)
TOTAL	247,3	262,3

NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes no valor de R\$ 456,9 milhões (R\$ 134,7 milhões em 2016) estão apresentadas no balanço deduzidas da PECLD.

Em milhares de R\$

Descrição	A vencer	Vencidas	Total	% de Vencidas
Clientes - Circulante	235.041,2	242.280,5	477.321,7	50,8%
PECLD (nota 6.1)	0,00	(20.460,7)	(20.460,7)	
Valor Líquido	235.041,2	221.819,8	456.861,0	

6.1 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

É estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes, de acordo com o risco de não recebimento, avaliado em R\$ 20,5 milhões até junho de 2017 (R\$ 18,9 milhões em 2016).

Os valores vencidos há mais de um ano compõem a PECLD, em regra. Deles são excluídos aqueles valores que tenham expectativa de recebimento com base no relacionamento com os clientes. Na posição atual, não há nenhuma excepcionalidade que fuja à regra.

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
Saldo Inicial	(18.895,1)	(5.676,2)
Constituição/Reversão	(1.565,6)	(13.218,9)
TOTAL	(20.460,7)	(18.895,1)

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo dos créditos tributários de curto prazo é de R\$ 88,7 milhões (R\$ 164,0 milhões, em 2016), assim distribuídos:

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
IRPJ/CSLL a Compensar (nota 7.1)	86.595,6	161.890,5
PIS/PASEP/COFINS a Compensar	1.543,7	1.543,7
IRPJ/CSLL a Recuperar (ajuste de exercícios anteriores)	581,3	581,3
Créditos Fiscais Diversos	0,0	0,0
TOTAL	88.720,6	164.015,5

7.1 – IRPJ e CSLL a compensar

A redução do saldo de R\$ 161,9 milhões para R\$ 86,6 milhões refere-se às seguintes movimentações líquidas: retenções na fonte, efetuadas pelos clientes (Leis nº 9.430/1996 e nº 10.833/2003). Mensalmente, confrontam-se os valores devidos de Imposto Renda Pessoa Jurídica– IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido– CSLL com os valores retidos, não havendo valor a pagar caso a retenção seja superior; e utilização do saldo, constituído em 2016, na compensação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 2.534 empregados cedidos a órgãos do Governo, em sua maioria lotados no Ministério da Fazenda – MF. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos órgãos cessionários o reembolso dessas despesas.

Trata-se de valores a receber, tendo por base as Notas de Ressarcimento – NR enviadas aos órgãos cessionários que totalizam R\$ 43,3 milhões (R\$ 64,4 milhões em 2016).

NOTA 9 – DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de serviços de subscrição e suporte técnico de *software* e IPTU pagos que serão apropriados no decorrer do exercício seguinte no valor de R\$ 2,2 milhões (R\$ 3,7 milhões em 2016).

ATIVO NÃO CIRCULANTE**NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS**

O saldo do grupo é de R\$ 273,3 milhões (R\$ 262,3 milhões em 2016), constituindo-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista.

No caso das ações fiscais, correspondem a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do Manual Normativo de Arquivos Digitais– MANAD, o que resultou em multa de R\$ 6,2 milhões. O SERPRO interpôs recurso administrativo junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, de modo que o valor se mantém depositado judicialmente até o julgamento final da ação (IN 787/2007).

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
Depósitos Judiciais	230.230,8	221.198,5
Depósitos Recursais	37.215,8	34.793,0
Ações Fiscais e outras	6.350,6	6.350,6
TOTAL	273.290,3	262.342,0

NOTA 11 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O saldo de R\$ 1,6 bilhão refere-se aos créditos a receber junto a órgãos cessionários, assim compostos:

a) apropriação por competência (R\$ 43,2 milhões) são classificados no ativo não circulante até a emissão das Nota de Ressarcimento – NR;

b) valores históricos de desembolsos com sentenças judiciais do quadro de Pessoal Serviço Externo – PSE (R\$ 149,7 milhões), que foram efetuados ao longo do tempo e serão objeto de ressarcimento após trânsito em julgado dos processos;

c) expectativa de recebimento das provisões trabalhistas relativas a PSE (R\$ 1,4 bilhão). Embora a União, por orientação da Advocacia-Geral da União, não possa reconhecer contabilmente a responsabilidade sobre essas provisões antes do trânsito em julgado dos processos, a expectativa de recebimento figura no balanço do SERPRO.

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
Apropriação por competência (a)	43.231,6	37.338,8
Férias	19.582,7	22.954,8
Licença-prêmio	14.435,5	14.384,0
13º Salário	7.518,7	0,0
Acordo Coletivo 2017/2018	1.694,7	0,0
Desembolsos com sentenças judiciais (PSE) (b)	149.748,2	149.748,2
Processo nº 2047/1989	120.820,2	120.820,2
Processo nº 2200-85.1993.5.02.0020	23.454,8	23.454,8
Processo nº 0178400-37.1990.503.0015	3.395,3	3.395,3
Processo nº 00232400-92.1991.5.03.0001	2.077,9	2.077,9
Provisões trabalhistas PSE (c)	1.449.021,1	1.449.021,1
TOTAL (a + b + c)	1.642.000,9	1.636.108,0

NOTA 12 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de R\$ 468,6 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 981,8 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 513,1 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais.

12.1 – Ativo Fiscal Diferido (AFD)

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
Provisões Trabalhistas e Cíveis	589.444,3	596.551,8
Benefícios pós-emprego – cálculo atuarial (PL e Passivo)	214.986,3	196.959,5
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	97.265,2	97.265,2
Licença-Prêmio	32.420,6	32.420,6
Plano de Previdência Complementar	12.450,3	12.450,3
Multas e juros	10.047,2	10.047,2
Provisão para perdas prováveis	3.226,6	3.226,6
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	21.930,3	21.930,3
TOTAL	981.770,6	970.851,5

O aumento do ativo fiscal diferido representa, sobretudo, o reconhecimento no exercício dos créditos fiscais sobre a apropriação mensal de despesas com benefícios pós-emprego, conforme parecer atuarial que apresentou a posição passiva em 31 de dezembro de 2016 junto à Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, bem como a estimativa de despesa para o exercício 2017 (nota 26.1).

As informações dos valores das Provisões Trabalhistas e Cíveis assim como dos Benefícios Pós – Emprego foram alterados em razão de movimentações significativas, os demais valores referentes ao Ativo Fiscal Diferido serão revistos a partir do segundo semestre.

12.2 – Passivo Fiscal Diferido (PFD)

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
PFD sobre Processos Trabalhistas – PSE (nota 11)	492.667,2	492.667,2
PFD sobre Provisão Ativa – LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina	20.482,7	20.482,7
TOTAL	513.149,9	513.149,9

NOTA 13 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Créditos a Receber de Clientes	267.178,8	267.178,8
PECLD	(267.178,8)	(267.178,8)
Créditos a Receber EFPC – LFTSC	60.243,3	60.243,3
Outros Créditos a Receber	122,9	122,9
TOTAL	60.366,2	60.366,2

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R\$

Descrição	Ativo Imobilizado	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2017	2016
Edifícios	140.711,4	(26.097,2)	114.614,2	114.614,2
Terrenos	67.029,7	0	67.029,7	67.029,7
Estudos e projetos	2.546,7	0	2.546,7	2.539,1
Obras em andamento	52.818,5	0	52.818,5	57.762,4
Instalações	95.835,7	(50.168,8)	45.666,9	44.542,9
Benf. em prop. terceiros	1.435,4	(870,7)	564,7	699,4
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,7	16.678,7
Bens móveis	819.034,6	(631.060,7)	187.973,9	188.755,3
TOTAL	1.198.649,9	(710.728,4)	487.921,5	492.621,8

14.1 – Movimentação do Imobilizado

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2016	Adições	Conclusão de Obras	Alienações	Baixas	Saldo em 2017
Edifícios	140.711,4	0,0	0,0	0,0	0,0	140.711,4
Terrenos	67.029,7	0,0	0,0	0,0	0,0	67.029,7
Estudos e projetos	2.539,1	39,81	(4,1)	0,0	0,0	2.574,8
Obras em andamento	57.762,4	152,0	(5.072,5)	0,0	(23,9)	52.818,5
Instalações	90.833,1	0,0	5.007,6	0,0	(5,0)	95.835,7
Benfeit. em propr. terceiros	1.366,4	0,0	69,0	0,0	0,0	1.435,4
IPC/90	19.209,6	0,0	0,0	0,0	0,0	19.209,6
Bens móveis	822.639,9	35.115,1	0,0	(38.698,6)	(21,8)	819.034,6
TOTAL	1.202.091,7	35.307,0	0,0	(38.698,6)	(50,1)	1.198.650

14.2 – Movimentação da Depreciação

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2016	Depreciação Acumulada	Alienações	Baixas	Saldo em 2017
Edifícios	(26.097,2)	0,0	0,0	0,0	(26.097,2)
Instalações	(46.290,2)	(3.878,6)	0,0	0,0	(50.168,8)
Benfeit. em propr. terceiros	(667,0)	(203,6)	0,0	0,0	(870,7)
Correção IPC/90	(2.531,0)	0,0	0,0	0,0	(2.531,0)
Bens Móveis	(633.884,5)	(35.852,7)	38.676,3	0,2	(631.060,7)
TOTAL	(709.469,9)	(39.935,0)	38.676,3	0,2	(710.728,4)

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela RFB.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O saldo atual do intangível corresponde a licenças de *software* e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. São *software* de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Em milhares de R\$

Regional	Intangível Software	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
Brasília	275.677,7	(232.385,4)	43.292,3	59.528,3
São Paulo	208.666,1	(172.036,7)	36.629,4	50.362,3
Sede	21.400,0	(20.916,3)	483,8	565,3
Rio de Janeiro	15.279,2	(14.237,0)	1.042,3	2.632,8
Outras	4.820,2	(3.284,5)	1.535,6	2.078,2
TOTAL	525.843,4	(442.859,9)	82.983,5	115.166,9

15.1 – Movimentação do Intangível

Em milhares de R\$

Regional	Saldo em 2016	Adições	Transferências	Saldo em 2017
Brasília	275.808,2	247,5	(378,0)	275.677,7
São Paulo	208.356,6	309,5	0,0	208.666,1
Sede	21.384,2	15,9	0,0	21.400,0
Rio de Janeiro	15.134,1	145,2	0,0	15.279,2
Outras	4.820,2	0,0	0,0	4.820,2
TOTAL	525.503,3	718,1	(378,0)	525.843,4

15.2 – Movimentação da Amortização

Em milhares de R\$

Regional	Saldo em 2016	Adições	Transferências	Saldo em 2017
Brasília	(216.279,9)	(16.483,5)	0,0	(232.385,4)
São Paulo	(157.994,3)	(14.042,3)	378,0	(172.036,6)
Sede	(20.818,9)	(97,4)	0,0	(20.916,3)
Rio de Janeiro	(12.501,3)	(1.735,6)	0,0	(14.236,9)
Outras	(2.742,0)	(542,5)	0,0	(3.284,5)
TOTAL	(410.336,4)	(32.901,5)	378,0	(442.859,9)

PASSIVO**PASSIVO CIRCULANTE****NOTA 16 – CONSIGNAÇÕES**

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica, além de tributos retidos de fornecedores, que perfazem R\$ 64,8 milhões (R\$ 76,6 milhões em 2016).

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Previdência Social	14.231,6	14.317,5
Pensão Alimentícia	28,1	19,3
IRRF	12.957,9	14.298,9
Tributos Federais Retidos	23.317,0	32.696,0
ISS	1.641,35	2.207,3
Plano de Previdência e Assistência Médica	7.882,6	8.300,0
Empréstimos, Retenções e Consignatários	4.768,9	4.787,7
TOTAL	64.827,4	76.626,7

NOTA 17 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Referem-se às obrigações a serem recolhidas, já deduzidas dos tributos a recuperar.

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
ISS a Recolher	48.187,9	42.404,8
PIS-COFINS	42.819,4	28.262,5
INSS	13.963,9	15.800,6
FGTS	8.642,9	8.059,7
IPTU	617,8	0,0
Outros tributos	64,9	17,9
TOTAL	114.296,8	94.545,5

Entre os exercícios de 2014 e 2016, foram efetuados acordos de parcelamento de débitos tributários, referentes ao ISS-SP e INSS patronal, cujos saldos restantes montam R\$ 86,7 milhões e R\$ 10,3 milhões, respectivamente. Os valores vencidos, classificados no passivo circulante, somam R\$ 27,9 milhões e R\$ 3,5 milhões na mesma ordem.

NOTA 18 – FORNECEDORES

Visando regularizar as dívidas vencidas, a empresa vem negociando parcelamento junto a fornecedores. O SERPRO tem cumprido suas obrigações financeiras decorrentes desses acordos de parcelamento de dívidas. Entretanto, está mantida a situação de caixa que não tem permitido honrar tempestivamente a totalidade dos compromissos mensais.

Em milhares de R\$

Descrição	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
A vencer	79.147,6	610,9	128.641,5	1.455,0
Vencidas	64.438,6	0,0	135.213,1	0,0
Acordo de Parcelamento	113.250,8	0,0	44.145,2	0,0
TOTAL	256.837,0	610,9	307.999,9	1.455,0

NOTA 19 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

Em milhares de R\$

Discriminação	JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
Pessoal a pagar	6.688,4	6.686,6
13º Salário	16.399,9	0,0
Apropriação por competência ACT	23.347,1	0,0
APA	19.814,2	21.905,7
Férias (nota 19.1)	140.499,7	154.958,0
Licença prêmio (nota 19.1)	96.205,1	96.688,4
TOTAL	302.954,5	280.238,6

19.1 – Obrigações com Pessoal

Correspondem às apropriações de férias e licença-prêmio. No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração. A apropriação das despesas ocorre mensalmente – NBC TG 33 (R2)).

No encerramento do exercício de 2016, estimou-se que 4,01% dos empregados gozam o período de licença-prêmio. Este percentual é considerado para a apropriação dos encargos sobre a licença-prêmio, nos casos de conversão em pecúnia, de natureza indenizatória, não havendo incidência de impostos e encargos sociais. O percentual é revisto ao fim de cada exercício.

Em milhares de R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	130.012,2	28.864,7	(18.377,3)	140.499,7
Licença – Prêmio	95.253,5	951,6	0,0	96.205,1
13º Salário	43.850,3	10.448,0	(37.898,3)	16.399,9
TOTAL	269.116,0	33.751,7	(56.275,6)	253.104,8

NOTA 20 – PROCESSOS TRABALHISTAS A PAGAR

Refere-se a saldo a pagar (R\$ 8,7 milhões) de execução de processo trabalhista anteriormente provisionado. O acordo efetuado pelo SERPRO previu a realização do pagamento de 10 meses, tendo sido pagas duas parcelas até o mês de junho.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE**NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

O conjunto das obrigações, vincendas após 12 meses, alcança R\$ 79,4 milhões (R\$ 91,2 milhões em 2016), assim constituídas:

i) PIS-PASEP/COFINS (R\$ 13,8 milhões), que se refere às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante;

ii) INSS Patronal (R\$ 6,8 milhões), que resulta da renegociação pelo prazo de 60 meses, além de R\$ 3,5 milhões no circulante (nota 17);

iii) ISS-SP sobre a receita (R\$ 58,8 milhões), que decorre de parcelamentos pelo prazo de 60 meses, além de R\$ 27,9 milhões no circulante (nota 17).

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	DEZEMBRO/2016
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	13.762,4	14.614,2
INSS Renegociado	6.784,0	8.155,6
ISS Renegociado	58.836,4	68.463,0
TOTAL	79.382,9	91.232,7

NOTA 22 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, fidedignamente, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R1)).

A apropriação das provisões trabalhistas cumpre a norma contábil (NBC TG 25 (R1)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da empresa.

Em relação à posição observada em dezembro de 2016, no primeiro semestre de 2017 houve a ocorrência de um evento com impacto na provisão trabalhista. Trata-se de processo trabalhista executado no valor de R\$ 10,7 milhões, provisionado em R\$ 20,6 milhões, gerando reversão ativa de R\$ 9,9 milhões.

NOTA 23 – RECEITA DIFERIDA

Trata-se de faturamento de 2014 no valor de R\$ 7,7 milhões, cuja realização da receita se dá de forma concomitante à da despesa de depreciação e amortização de investimentos em *hardware* e *software*, referentes à implantação de serviços. Desde janeiro de 2015, o *hardware* aplicado (R\$ 4,8 milhões) e o *software* (R\$ 2,9 milhões) estão sendo depreciados (48 meses) e amortizados (36 meses), respectivamente. O mês de junho encerra a 30º parcela de cada.

NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 – Capital Social

O capital social do SERPRO é de R\$ 1.061.004.829,23.

24.2 – Prejuízos Acumulados

Até junho de 2017, o saldo de prejuízos acumulados foi impactado pelo resultado do exercício.

Em milhares de R\$

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(309.611,0)
Resultado das atividades empresariais	66.812,6
Resultado atuarial do exercício (líquido de tributos)	(28.395,1)
Saldo em 30 de junho de 2017	(271.193,5)

NOTA 25 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

No primeiro semestre de 2017, a empresa apresentou lucro decorrente das atividades empresariais de R\$ 66,8 milhões (R\$ 31,2 milhões de prejuízo no mesmo período de 2016), tendo sido apurado o lucro líquido de R\$ 38,4 milhões, após o reconhecimento de despesas decorrentes de estudo atuarial.

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	JUNHO/2016
Receita operacional Líquida	1.089.850,5	1.024.049,3
Custo dos serviços prestados	(542.096,1)	(535.911,8)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(469.293,5)	(520.811,4)
Créditos tributários diferidos	(3.708,5)	1.426,8
Provisão para IRPJ e CSLL	(7.939,7)	0,0
Resultado Líquido das atividades empresariais	66.812,7	(31.247,1)
Despesa atuarial do exercício – benefício pós-emprego	(43.022,9)	0,0
Tributos diferidos sobre receita atuarial	14.627,8	0,0
Resultado Líquido do Exercício	38.417,5	(31.247,1)

25.1 – Receita bruta e líquida

Até junho de 2017, a receita bruta alcançou R\$ 1,3 bilhão, dos quais 87% referem-se a serviços de processamento de dados. Deduzindo-se tributos, descontos e vendas canceladas, a receita líquida é de R\$ 1,1 bilhão.

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017	JUNHO/2016
Receita bruta	1.328.305,3	1.246.228,7
(-) ISS	(65.022,1)	(60.875,8)

Descrição	JUNHO/2017	JUNHO/2016
(-) PIS-PASEP	(20.084,6)	(18.542,9)
(-) COFINS	(92.521,8)	(85.421,9)
(-) INSS Patronal	(59.689,8)	(55.993,0)
(-) ICMS	(92,4)	(61,1)
(-) Descontos concedidos	(771,0)	(847,0)
(-) Vendas canceladas	(273,0)	(437,5)
Receita Operacional Líquida	1.089.850,5	1.024.049,3

25.2 – Composição dos gastos na DRE

São distribuídos entre custo do serviço prestado (CSP) e despesas operacionais.

Em milhares de R\$

Descrição	JUNHO/2017			JUNHO/2016		
	CSP	Despesas	Total	CSP	Despesas	Total
Desp. Pessoal	(411.874,9)	(382.781,0)	(794.655,9)	(386.907,8)	(413.413,6)	(800.321,4)
Deprec./Amort.	(47.813,4)	(24.645,2)	(72.458,5)	(46.674,6)	(20.919,3)	(67.593,9)
Locação	(20.232,5)	(15.828,0)	(36.060,4)	(18.376,7)	(20.227,2)	(38.603,9)
Manutenção	(33.285,2)	(21.916,2)	(55.201,4)	(33.836,9)	(16.270,6)	(50.107,5)
Comunicação	(25.142,2)	(384,4)	(25.526,6)	(38.661,7)	(3.797,6)	(42.459,3)
Serv. Profissionais	(8.638,9)	(20.724,8)	(29.363,7)	(15.264,9)	(21.268,1)	(36.533,0)
Serviços Públicos	(6.188,1)	(8.154,1)	(14.342,2)	(7.269,9)	(7.816,7)	(15.086,6)
Créditos a Receber	0,0	(1.644,8)	(1.644,8)	0,0	(4.897,7)	(4.897,7)
Créditos Tributários	11.918,4	0,0	11.916,9	11.916,9	0,0	11.916,9
Desp. Tributárias	(0,0)	(1.671,8)	(1.671,8)	(63,41)	(2.118,1)	(2.181,5)
Materiais	(6,2)	(1.831,0)	(1.837,2)	(6,17)	(1.673,6)	(1.679,8)
Outras Desp/Rec	(833,1)	1.368,0	534,8	(766,9)	7.348,0	6.581,1
Judiciais	0,0	2.460,5	2.460,5	0,0	(4.681,1)	(4.681,1)
TOTAL	(542.096,1)	(475.752,9)	(1.017.849,0)	(535.911,8)	(509.735,7)	(1.045.647,6)

25.3 – IRPJ e CSLL

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos de R\$ 3,7 milhões (R\$ 1,4 milhão em 2016) são provenientes de diferenças temporárias de provisões trabalhistas registradas no período, além de R\$ 14,6 milhões de provisões de despesa atuarial com benefícios pós-emprego estimada para o exercício (nota 26.1).

A provisão dos tributos em 2017 decorrem dos valores apurados no período que gerou pagamento na apuração pelos balanços de suspensão ou redução de pagamento de imposto mensal, de que trata o art. 230 do RIR/99.

NOTA 26 – DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS

26.1 – Plano de Previdência Complementar

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado – SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado.

Em 2016, o SERPRO contratou uma consultoria para a emissão de um parecer atuarial (Resolução CFC nº 1.425/13 e NBC TG 33 (R2)), cujas conclusões demonstraram um saldo de passivo de R\$ 579,3 milhões, além de estimar uma despesa de R\$ 86,0 milhões para o exercício 2017, distribuídos mensalmente. Dessa forma, até junho de 2017, houve reconhecimento de R\$ 43 milhões.

26.2 – Auxílio-alimentação

É concedido mensalmente aos empregados. Encontra-se vigente o – Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, cujo benefício foi fixado em R\$ 874,04 (R\$ 799,82 no período 2015/2016).

26.3 – PAS/SERPRO e PAS-ODONTO/SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde Programa de Assistência a Saúde dos Empregados do SERPRO – PAS do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão, oferecido exclusivamente aos empregados e ex empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. O Plano de Assistência a Saúde Bucal do SERPRO – PAS-ODONTO/SERPRO é oferecido aos empregados e familiares, garantindo o atendimento aos empregados ativos e a seus dependentes cadastrados.

NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS

27.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.516,54 e R\$ 32.468,39, considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R\$ 8.121,64.

Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 4.477,77 e R\$ 35.349,49, com média de R\$ 15.509,48. Nos casos de cargos diretivos, a remuneração maior foi de R\$ 37.683,86, sendo a menor de R\$ 33.161,80 e a média de R\$ 33.915,48 (Resolução – CGPAR nº 3).

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações (RVA), assim como outros benefícios de longo prazo e pós-emprego a seus dirigentes, que não sejam empregados.

NOTA 28 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A empresa apresenta a DFC pelo método direto (NBC TG 03(R3)).

Maria da Glória Guimarães dos Santos

Diretora-Presidente

André de Cesero

**Diretor de Relacionamento com
Clientes**

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Diretor de Administração

Izabel Cristina da Costa Freitas

Diretora de Governança e Gestão

Antônio Luiz Fuschino

Diretor de Desenvolvimento

Iran Martins Porto Junior

Diretor de Administração

Ana Maria Mallman Costi

Contadora CRC – DF 8894/O-6

Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis

<u>Norma</u>	<u>Assunto</u>	<u>CPC</u>	<u>IASB</u>
NBC TG 26(R3)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	CPC 26 R1	IAS 1
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	CPC 13	
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos	ICPC 10	
NBC TG 27 (R3)	Ativo Imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 30	Receitas	CPC 30 R1	IAS 18
NBC TG 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	CPC 09	
NBC TG 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23	IAS 8
NBC TG 24	Evento Subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25(R1)	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25	IAS 37
NBC TG 01(R2)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01	IAS 36
NBC TG 33(R2)	Benefícios a Empregados	CPC 33 R1	IAS19
NBC TG 32(R2)	Tributos sobre o Lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 03(R3)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03 R2	IAS 7
NBC TG 37(R4)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	CPC 37 R1	IFRS 1

Anexo II – Legislação aplicável

LEI Nº	Data	Assunto
Decreto nº 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e estabelece novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais.
Decreto nº 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Instrução Normativa nº 787/2007	19/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
Lei Complementar nº 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.
Lei Complementar nº 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
RIR 99/ Decreto nº 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Lei nº 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei nº 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.
Lei nº 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei nº 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei nº 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei nº 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei nº 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei nº 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei nº 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei nº 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei nº 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei nº 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei nº 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei nº 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Portaria MF nº 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Sumário de Siglas e Abreviaturas

ACT– Acordo Coletivo de Trabalho	Catarina
AFD– Ativo Fiscal Diferido	MANAD– Manual Normativo de Arquivos Digitais
AGU– Advocacia-Geral da União	MF– Ministério da Fazenda
APA– Ações de Preparação para a Aposentadoria	MP– Ministério do Planejamento
BACEN– Banco Central do Brasil	MPDG– Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
BD– Benefício Definido	MPOG– Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
BRGAAP– Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	MPT– Ministério Público do Trabalho
CARF– Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	NBC TG– Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
CASSI– Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	NR– Nota de Ressarcimento
CD– Contribuição Definida	ORA– Outros Resultados Abrangentes
CFC– Conselho Federal de Contabilidade	PAS-ODONTO/SERPRO– Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO
CGPAR– Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	PAS/SERPRO– Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO
CGU– Controladoria Geral da União	PASEP– Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CMN– Conselho Monetário Nacional	PECLD– Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa
COFINS– Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	PFD– Passivo Fiscal Diferido
COJUR– Consultoria Jurídica	PGFN– Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CPC– Comitê de Pronunciamentos Contábeis	PIS– Programa Integração Social
CSLL– Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	PLR– Participação nos Lucros e Resultados
CSP– Determinação do Custo dos Serviços Prestados	PS-I– Plano SERPRO I
CVM– Comissão de Valores Mobiliários	PS-II– Plano SERPRO II
DEC 1– Decisão. 1- Atos normativos	PSE– Pessoal Serviço Externo
DENATRAN– Departamento Nacional de Trânsito	R1– Alteração 1
DFC– Demonstração do Fluxo de Caixa	R2– Alteração 2
DRE– Demonstração do Resultado do Exercício	R3– Alteração 3
DVA– Demonstração do Valor Adicionado	Receitanet– Declaração do Imposto de Renda via Internet
EFPC– Entidade Fechada de Previdência Complementar	RFB– Secretaria da Receita Federal do Brasil
FAE– Fundo de Aplicação Extramercado Comum	RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações
FGTS– Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	SERPRO– Serviço Federal de Processamento de Dados
FINAM– Fundo de Investimentos da Amazônia	SERPROS– SERPROS Fundo Multipatrocinado
FINOR– Fundo de Investimentos do Nordeste	SEST– Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
FIPE– Fundação Instituto de Pesquisa Econômica	SPED– Sistema Público de Escrituração Digital
ICMS– Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	SIAGF– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
IEA– Indenização Especial de Morte por Acidente	SIGEP– Sistema de Gestão de Pessoas
INPC– Índice Nacional de Preços ao Consumidor	SISCOMEX– Sistema Integrado de Comércio Exterior
INSS– Instituto Nacional do Seguro Social	SPED– Sistema Público de Escrituração Digital
IPA– Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	STF– Supremo Tribunal Federal
IPC– Índice de Preços ao Consumidor	STN– Secretaria do Tesouro Nacional
IPTU– Imposto Predial e Territorial Urbano	TI– Tecnologia da Informação
IRPJ– Imposto Renda Pessoa Jurídica	TR– Taxa Referencial
ISS– Imposto sobre Serviços	TST– Tribunal Superior do Trabalho
ITG– Interpretação Técnica Geral	VT/SP– Vara do Trabalho de São Paulo
LFTSC– Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa	